

UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM ALAGOAS

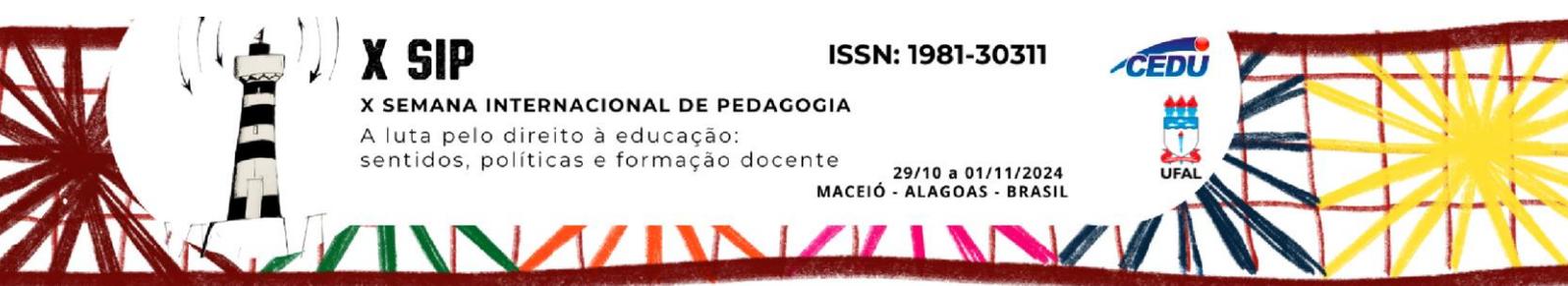
Thâmara Santos Gomes Almeida
PPGE-UFAL
thamara.stos.gomes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço educacional assegurado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), que oferece suporte complementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e aqueles com altas habilidades ou superdotação. O AEE, normalmente realizado em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) nas escolas regulares, busca atender às necessidades específicas dos alunos e aprimorar sua aprendizagem por meio de abordagens pedagógicas individualizadas.

O AEE é uma estratégia central para a inclusão escolar, pois possibilita que os profissionais do Atendimento Educacional Especializado dialoguem com professores, gestores e outros membros da comunidade escolar sobre as necessidades educacionais dos alunos que compõem o público-alvo da Educação Especial. Este processo é orientado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), que estabelecem as diretrizes para sua implementação dentro das instituições de ensino, visando a eliminação de barreiras e a promoção de uma educação inclusiva e equitativa.

No Estado de Alagoas, a operacionalização do AEE segue os preceitos da legislação nacional, sendo guiada pelo Plano Estadual de Educação (PEE), aprovado pela Lei nº 7.795 de 22 de janeiro de 2016, com vigência até 2026. Este plano prevê a ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais, a garantia de acessibilidade nas instituições públicas e a oferta de materiais didáticos adaptados e recursos de tecnologia assistiva (ALAGOAS, 2016). Apesar dos avanços normativos, a efetiva implementação do AEE em Alagoas ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada e a formação insuficiente de profissionais.



Dado o contexto este estudo propõe realizar uma revisão sistemática da literatura sobre o AEE em Alagoas.

2 OBJETIVOS

Mapear os principais estudos sobre o AEE em Alagoas e identificar desafios e avanços na infraestrutura, formação docente e uso de recursos.

3 METODOLOGIA

Este estudo utiliza a revisão sistemática, segundo Sampaio; Mancini, (2007) para analisar a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Alagoas. A busca foi realizada nas bases de dados como SciELO, CAPES e BDTD, usando os descritores "Educação Especial em Alagoas", "Atendimento Educacional Especializado em Alagoas". Foram incluídos estudos publicados entre 2014 e 2024, que abordam o AEE no estado, e excluídos trabalhos fora do contexto alagoano.

A seleção dos estudos seguiu duas etapas: triagem de títulos e resumos, e leitura dos trabalhos selecionados. A análise dos dados foi qualitativa, com foco em temas como infraestrutura, formação docente e políticas públicas. Os resultados foram sintetizados por meio de análise temática, identificando desafios, avanços e lacunas na implementação do AEE em Alagoas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa busca explorar as políticas de educação especial implementadas no estado de Alagoas, com ênfase no Atendimento Educacional Especializado (AEE), suas práticas, e os desafios enfrentados na formação docente e inclusão escolar. A seleção dos estudos foi realizada com base em sua relevância para compreender o contexto local e por isso escolhemos quatro estudos para dialogar com os autores.

O estudo de Pavezi (2018), em sua tese sobre as Políticas de Educação Especial no Estado de Alagoas, realiza uma análise crítica das políticas públicas voltadas à educação inclusiva no estado, ressaltando os desafios estruturais e as estratégias para sua implementação efetiva. A autora aponta que, apesar dos avanços nas políticas educacionais em Alagoas, impulsionados por diretrizes internacionais e nacionais, o estado ainda enfrenta dificuldades significativas na garantia das condições mínimas para a efetivação de uma educação especial inclusiva. O estudo



revela que o processo de inclusão apresenta falhas recorrentes, prejudicando o atendimento ao público-alvo da Educação Especial. Entre os principais problemas identificados nas escolas estaduais estão a insuficiência de profissionais capacitados, como intérpretes de LIBRAS, a oferta limitada de Atendimento Educacional Especializado (AEE), a infraestrutura física das escolas e remuneração.

Além disso, Pavezi destaca que, no contexto investigado, apenas alunos com laudo tem acesso ao AEE, criando assim mais uma barreira na escola que é influenciada por ações de normalização e integração. Outro aspecto crítico abordado pela autora é a precarização do trabalho na área, com muitos profissionais sendo contratados sem a devida capacitação para atuar no atendimento especializado. Nesse sentido, Pavezi (2018, p. 32) afirma: “Daí decorre que a oferta educacional é inadequada do ponto de vista da legislação, irregular do ponto de vista da formação dos agentes e limitada do ponto de vista da garantia do acesso dos alunos do PAEE ao ensino comum e ao AEE.” Esses fatores, segundo a autora, comprometem a inclusão e a qualidade da educação oferecida aos alunos com necessidades educacionais específicas.

A tese de Mercado (2016) com o título Identidades do professor de educação especial no contexto de Maceió-Alagoas, tem como foco entender como se constrói a identidade profissional dos professores de Educação Especial da rede municipal de Maceió, tomando como base as narrativas orais desses próprios docentes. O trabalho apresenta as fases da Educação Especial da capital do Estado de Alagoas, no caso Maceió, nos possibilitando entender que apesar dos avanços, o professor do AEE enfrente grandes dificuldades na sua prática pedagógica que a todo momento sofre influências formativas que só focam na patologia. Nesse sentido fica claro que tais abordagens limitam a compreensão da prática educacional e a compreensão dos sujeitos que pertencem ao público-alvo da Educação Especial, pois há uma tentativa de corrigir, ao invés de reconhecê-los como seres ativos no processo de construção do conhecimento. Dentre os muitos aspectos apresentados, um nos chama atenção, no caso, a precarização que é enfrentada pelos professores da Educação Especial, por meio de formação inicial e continuada que acaba não trazendo os impactos necessários para a realidade vivenciada, além disso, há a falta de autonomia na realização do trabalho, já que muitas vezes havia uma padronização do trabalho a ser executado, sem contar na contratação de profissionais de diversas áreas, muitas



vezes sem um concurso público. Diante de tais fatos, com influência de políticas neoliberais, o professor da Educação Especial, se vê responsável pelo processo de inclusão e na função de atender os diversos alunos e suas especificidades, sem o suporte e as condições necessárias.

A dissertação de Silva (2014), ao abordar as parcerias entre o Atendimento Educacional Especializado e a Educação Física Escolar, traz um olhar interdisciplinar sobre o AEE, mostrando como diferentes áreas podem se complementar para promover uma inclusão mais efetiva. A referida autora, mostra que diante das atribuições que são incumbidas ao professor do Atendimento Educacional Especializado, fica claro que o mesmo é o intermediador das políticas públicas de inclusão na escola, porém esse intermediador, passa por diversas situações que o impedem de realizar um trabalho mais emancipador para os sujeitos com necessidades especiais, uma vez que, a pesquisa realizada na rede municipal da capital de Alagoas, permitiu observar que apesar de todo esforço do profissional do AEE, a falta de condições de trabalho, como carga horária definida e remunerada para ocorrer o planejamento e uma formação continuada mais efetiva, ainda acabam afetando o trabalho colaborativo que traz benefícios no processo de aprendizagem dos estudantes.

Por fim, o estudo de Calheiros e Fumes (2014), publicado na Revista Brasileira de Educação Especial, analisa a implementação da política de AEE em Maceió, oferecendo um panorama das políticas educacionais e seu impacto direto na inclusão escolar. Este artigo também contribui para a compreensão das práticas cotidianas e da infraestrutura necessária para o AEE, uma vez que os referidos estudiosos fazem uma relação da realidade local com relação aos problemas econômicos, políticos, sociais e educacionais, mostrando que ambos vão afetar de forma mais acentuada, a Educação Especial. Ao falar sobre a efetivação da inclusão, ficou claro que historicamente, as pessoas com deficiências foram abandonadas, silenciadas e apartadas de seus direitos fundamentais, tendo, muitas vezes, o seu estatuto de sujeito negado, mas segundo os autores, apesar de avanços significativos não é possível afirmar que ocorre uma inclusão na escola por conta das barreiras já mencionadas. Nesse sentido concordamos, pois o fato de existir preceitos legais que afirmem garantir a inclusão na escola por meio do AEE não garante que ela esteja



acontecendo efetivamente no chão da escola. Contudo, os pesquisadores afirmam que não se pode atribuir ao professor da Educação Especial a responsabilidade exclusiva do processo de inclusão, pois se faz necessário uma transformação na organização institucional e na reestruturação de modelos educativos, questões que ultrapassam o alcance e as atribuições individuais do docente.

Ao analisarmos as pesquisas postas, vimos o quanto as mesmas trazem contribuições significativas para compreendermos como o AEE foi organizado no Estado de Alagoas, Pavezi (2018) trazendo as perspectivas dos desafios estruturais e as estratégias para a implementação das políticas inclusivas, principalmente na insuficiência de condições básicas para atender as demandas da Educação Especial. Mercado (2016) Analisando a formação e a atuação dos docentes, no contexto específico de Maceió, fornecendo um panorama do impacto dessas políticas nos profissionais pesquisados. Silva (2014), explorando como duas áreas podem trazer contribuições numa promoção mais ampla dos discentes com necessidades especiais, focando na prática pedagógica. Calheiros e Fumes (2014), concentrando-se nas barreiras institucionais e sociais que afetam o acesso e a qualidade do AEE em Maceió.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos quatro estudos analisados, é possível concluir que o Atendimento Educacional Especializado enfrenta desafios de ordem estrutural, política e pedagógica. Os trabalhos oferecem contribuições distintas e complementares sobre a Educação Especial em Alagoas. Pavezi (2018) foca nas políticas públicas em nível macro, enquanto, Mercado (2016) explora a identidade dos professores, Silva (2014) analisa as possibilidades de parceria o AEE e a Educação Física, e Calheiros e Fumes (2014) examinam a implementação prática dessas políticas em Maceió.

Todas as pesquisas são centradas no Estado de Alagoas, a maioria com ênfase em Maceió, todos os escritos abordam de forma direta ou indireta o Atendimento Educacional Especializado e a implementação de políticas inclusivas no contexto educacional, com isso, todos conseguiram perceber as barreiras e desafios na efetivação das políticas de inclusão. Sendo assim, ficou evidenciado a necessidade urgente de melhorias na formação de professores, na implementação mais efetiva das



políticas públicas na escola, na ampliação de recursos e infraestrutura escolar e nas condições de trabalho do professor. É visível que há políticas públicas bem definidas em Alagoas e essas se apresentam teoricamente como capazes de promover uma educação inclusiva. Porém, os estudos apontam para ineficiência do Estado no que diz respeito à garantia das condições mínimas para a efetivação das políticas de Educação Especial numa perspectiva inclusiva. A colaboração entre diferentes áreas de conhecimento como foi sugerido por Silva (2014), e o fortalecimento da identidade docente defendida por Mercado (2016) são cruciais para que a inclusão educacional aconteça de forma mais equitativa.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Lei nº 7.795, de 22 de janeiro de 2016. **Plano Estadual de Educação. Alagoas:** Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2015.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Acesso em 20 set. 2024.

CALHEIROS, D. dos S.; FUMES, N. de L. F. **A educação especial em Maceió/Alagoas e a implementação da política do atendimento educacional especializado.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, n. 2, p. 249-264, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000200008>. Acesso em: 20 set. 2024.

MERCADO, Elisangela Leal de Oliveira. **Identidades do professor de educação especial no contexto de Maceió-Alagoas.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

PAVEZI, Marilza. **Políticas de educação especial no estado de Alagoas.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SAMPAIO, R.; MANCINI, M. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica.** Brazilian Journal of Physical Therapy, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SILVA, Francy Kelle Rodrigues. **Atendimento Educacional Especializado e Educação Física Escolar: possibilidades de parceria.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.